

# Envelhecimento e questão étnico-racial na política de assistência social

Gilvania dos Santos Matos<sup>1</sup>

## Resumo

O envelhecimento na perspectiva étnico/racial considera as disparidades e desigualdades que existem nesse processo, tornando as velhices plurais e algumas delas com maiores incidências das consequências das desigualdades sociais; porém, questiona-se se a política de assistência social, que atende aos grupos vulnerabilizados, aborda essas incidências e busca minimizá-las. O objetivo deste artigo é abordar o envelhecimento na perspectiva da questão étnico-racial e os imbricamentos de classe e gênero, e analisar em que medida a política de assistência social promove inclusões sociais, respeito às diferenças e minimização dessas desigualdades sociais, especialmente o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas. Trata-se de um artigo resultante de pesquisa teórica com metodologia qualitativa e escolha intencional da literatura. Conclui-se que a análise da questão étnico-racial e da Assistência Social ainda precisa avançar tanto na legislação quanto no desenho dos serviços e nos processos de trabalho na medida em que pouco é abordada, nessa política.

## Palavras-chave

Envelhecimento; Questões étnico-raciais; política de Assistência Social.

## Aging and the ethnic-racial issue in social assistance policy

## Abstract

Aging from an ethnic/racial perspective considers the disparities and inequalities that exist in this process, making old age plural and some with greater incidences of the consequences of social inequalities. However, it is questioned whether social assistance policy, which serves vulnerable groups, addresses these incidences and seeks to minimize them. The objective of this article is to address aging from the perspective of the ethnic-racial issue and the interconnections of class and gender, and to analyze to what extent social assistance policy promotes social inclusion, respect for differences, and minimization of these social inequalities, especially the Service of Coexistence and Strengthening of Bonds for elderly people. This is an article resulting from theoretical research with a qualitative methodology and intentional selection of literature. It concludes that the analysis of the ethnic-racial issue and Social Assistance still needs to advance both in legislation and in the design of services and work processes, as it is little addressed in this policy.



**Keywords**

Aging; Ethnic-racial issues; Social Assistance Policy.

Artigo recebido em setembro de 2025

Artigo aprovado em novembro de 2025

**Introdução**

O envelhecimento é um processo complexo, um fenômeno biop-sicossocial; logo, é variável entre grupos de pessoas pelo pertencimento de classe e questões identitárias de gênero e raça/etnia. Assim, na população idosa, há diferentes grupos conforme as condições de vida material e cultural. A análise da questão étnico-racial no contexto do envelhecimento é importante para compreender as desigualdades e particularidades enfrentadas pelos idosos pertencentes a diferentes grupos étnico-raciais; porém, não pode ser “independentizadas” da raça/etnia, gênero e classe social.

No Brasil, por exemplo, a população idosa é diversificada, composta por pessoas de diferentes origens étnico-raciais, incluindo negros, indígenas, brancos e outros grupos étnicos. No entanto, a produção social dessas desigualdades no capitalismo dependente, patriarcal e racista, historicamente enraizadas tem impacto significativo nas condições de vida e de envelhecimento desses grupos (Werneck, 2016), especialmente, dos que pertencem à classe trabalhadora e são negros de periferias urbanas, em que desigualdades raciais e sexistas somam-se ao complexo dessas desigualdades no capitalismo.

Os idosos negros, por exemplo, enfrentam desafios adicionais em razão dos imbricamentos de idade e raça. Eles tendem a estar em situações socioeconômicas mais precárias, com menor acesso a serviços de saúde, educação e moradia adequada, em comparação com os idosos brancos. Além disso, o racismo estrutural e as disparidades



raciais também podem influenciar o acesso a oportunidades de emprego, renda e participação na vida social e comunitária.

Nesse contexto, a assistência social desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar e na garantia de direitos dos idosos, independentemente de sua origem étnico-racial. No entanto, é essencial que as políticas e programas de assistência social sejam sensíveis às questões de raça e considerem as diferentes realidades e necessidades dos idosos negros e de outros grupos étnico-raciais (Fernandes, Hellmann, 2016), exatamente, porque esta política dirige-se aos grupos mais vulnerabilizados.

Isso pode incluir a implementação de ações afirmativas para combater as desigualdades raciais, o fortalecimento de redes de apoio comunitário culturalmente sensíveis e o desenvolvimento de estratégias específicas de promoção da saúde e do envelhecimento ativo para os idosos negros.

Portanto, uma análise da questão étnico-racial no contexto do envelhecimento é fundamental para orientar serviços e processo de trabalhos que promovam a equidade e a inclusão social de todos os idosos, com atenção especial àqueles mais afetados pelas desigualdades de classe, gênero e raça/etnia.

O artigo é resultante de pesquisa teórica, bibliográfica, com metodologia qualitativa na escolha das referências bibliográficas. Para expor o resultado da pesquisa, está organizado em três seções principais: a primeira introduz o debate acerca do envelhecimento e os imbricamentos de classe, raça/etnia, e de gênero; a segunda seção discute a efetividade das políticas públicas voltadas à população idosa, especialmente, a negra; já a terceira seção, trata especificamente da política de assistência social, por ser uma política focalizada nos mais vulnerabilizados e em situação de risco social, comotambém no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, discutindo sobre sua abertura à diversidade, especialmente, a questão étnico/racial.



## Envelhecimento e os imbricamentos étnico-raciais, de classe e gênero

O envelhecimento é um processo biopsicossocial, logo, não é apenas “natural” da vida, orgânico e biológico que afeta todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial, classe social ou gênero. Ao contrário, raça/etnia, gênero e classe social apontam para quem pode envelhecer na sociedade, em que condições, as expectativas de vida e a qualidade de vida na velhice. No entanto, a forma como as pessoas envelhecem e as experiências que enfrentam durante esse processo podem ser influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo sua identidade étnico-racial, posição socioeconômica e sexo/sexualidade.

A classe social desempenha um papel significativo nas experiências do racismo, assim como a perspectiva de gênero, e está associada às desigualdades sociais nas trajetórias de vida, no envelhecimento e na velhice. Nesta perspectiva, Almeida (2019), considera que não é possível entender o racismo sem pensar no seu funcionamento por meio das composições estatais, haja vista que, é por meio do Estado que se atua com a classificação e divisão de pessoas, reproduzidas pelas famílias, igrejas, dentre outras instituições sociais.

Pessoas da classe trabalhadora, especialmente, as frações de classe com menor poder aquisitivo, enfrentam dificuldades financeiras durante grande parte de sua vida e se aposentam ou recebem benefícios assistenciais no valor do salário-mínimo, além de terem acesso limitado a cuidados de saúde de qualidade e condições de vida inadequadas. Por outro lado, pessoas de classe dominante e suas frações mais abastardas são privilegiadas nas condições econômicas, tendo acesso a recursos que facilitam um envelhecimento mais confortável e saudável. Assim, há um abismo entre os envelhecimentos das classes dominadas e dominantes. Contudo, as classes e seus grupos têm sexo e cor, e isso diz muito sobre as possibilidades de acesso aos bens e serviços criados socialmente.

Conforme salienta Rabelo *et al.* (2018) o(a)s idoso(a)s negro(a)s são, no Brasil, em sua maioria, pessoas de baixa renda, pouca escolaridade, com alto índice de analfabetismo e taxa de mortalidade acentuada, apresentando baixa expectativa de vida e sobrevivida depois dos 60 anos.

As desigualdades que atravessam o envelhecimento da população negra não são contingenciais, mas produzidas historicamente no interior da sociedade capitalista, patriarcal e racialmente hierarquizada, que organiza de forma desigual o acesso ao trabalho, à renda, à proteção social e aos direitos.

Mas, se esta pessoa negra for mulher e idosa, acumula a produção social dessas desigualdades no capitalismo dependente, patriarcal e racista ao longo da vida. Assim, o envelhecimento também pode variar de acordo com o gênero. Mulheres, por exemplo, podem enfrentar desafios específicos, como disparidades salariais ao longo da vida profissional, o que pode resultar em menor segurança financeira durante a aposentadoria. Além disso, questões de saúde relacionadas ao envelhecimento, como a menopausa, podem afetar as mulheres de maneira única, além do trabalho reprodutivo dos cuidados e domésticos.

Akotirene (2019) respalda que todas as mulheres passam por discriminações geracionais; no entanto, a questão étnico-racial assegura uma seguridade social às mulheres brancas, visto que esse grupo obteve maior acesso à educação e ao emprego formal, assumindo um patamar superior. Já as mulheres negras sujeitam-se às incertezas com relação à estabilidade de seu emprego, uma vez que as opressões estruturais as sustentaram fora do mercado formal de trabalho e, por conseguinte, dos direitos previdenciários.

Inês e Silva (2017) destacam que o envelhecimento representa uma conquista que não abrange toda a sociedade, haja vista que, em áreas que possuem a maioria da população negra há um número reduzido de pessoas idosas e, mesmo quando atingem os 60 anos em meio às

adversidades, têm baixa qualidade de vida e sobrevida.

Esses imbricamentos entre envelhecimento, identidade étnico-racial, de classe social e de gênero, que os estudos sobre produção social de desigualdades têm desvendado, ainda têm baixa adesão dos governos e do desenho das políticas sociais, mesmo as que nascem sob o signo da equidade social, como a assistência social. Todavia, destaca-se a importância de abordagens inclusivas e sensíveis à diversidade ao desenvolver políticas e programas relacionados ao envelhecimento. É essencial reconhecer e enfrentar as disparidades existentes para garantir que todas as pessoas possam envelhecer com dignidade, segurança e acesso aos recursos necessários para uma qualidade de vida adequada.

A interseccionalidade como mecanismo de análise e mudança social tem-se desenvolvido nas ciências sociais contemporâneas. Esta expressão, criada pelas mulheres negras ativistas, simboliza a ruptura com as visões e concepções universalistas e igualitárias, que só favoreceram uma visão do sujeito branco europeu enquanto ser humano padrão (Akotirene, 2019), sendo uma ferramenta analítica e de lutas sociais pelo reconhecimento das diferenças e eliminação da produção social das desigualdades.

Nesta conjuntura, classe social, sexo e cor, assumiriam uma grande inter-relação, imbricamentos ou interseção haja vista que, a condição social de ser negro, limita as oportunidades, acessos e inclusões. A estes, historicamente, foram destinadas oportunidades de emprego inferiores em relação aos brancos como também salários insuficientes e com baixo rendimento. Quando velhos ou velhas, estas pessoas também sofrem ageísmo ou etarismo, que são preconceitos, estereótipos e discriminação pela idade, que atingem com maiores incidências às mulheres, negras e de periferia.

Com isso, o racismo, a partir de suas diversas imposições, influencia absolutamente no envelhecimento da população negra, atingindo-os de forma precoce, com maior adoecimento, abandono, violações

de direitos, tornando-se indispensável reconhecer suas necessidades fundamentais.

Moura (1994) destaca que o racismo não é apenas uma questão individual, mas sim um sistema complexo e arraigado que permeia todas as esferas da sociedade. Trata-se de um sistema ideológico de dominação. Ele enfatiza a necessidade de compreendê-lo como uma estrutura sistêmica para efetivamente combatê-lo.

Werneck (2016) respalda que o racismo constitui um dos fundamentos principais no que tange a precariedade e desigualdade de acesso à saúde, pois, quase a totalidade desta população idosa negra depende do SUS e tem uma percepção negativa do seu quadro de saúde.

O que mais se observa é que os idosos e as idosas negros, em sua grande maioria, são vulnerabilizados, pois são pessoas que possuem baixa renda, baixa escolaridade e elevado índice de analfabetismo; habitam em áreas de periferia com pouco ou sem nenhum acesso aos serviços de saúde ou a outras políticas públicas, em arranjos domiciliares multigeracionais ou mistos, e com renda familiar entendida pelos próprios idosos como insuficientes para garantir uma vida digna (Neilson, 2019).

Vale destacar, ainda, em relação à saúde, os índices de mortalidade. Estudo efetivado por Santos *et al.* (2017) comprovou maior grau de mortalidade entre idosos negros, ao informar que este grupo possui menos acesso aos serviços da atenção primária à saúde. Corroborando com isso, os autores ainda destacam que os espaços necessários das políticas sociais, dos serviços e programas a esta parte da população são insuficientes, ou seja, não cobrem a demanda suficientemente necessária.

Deste modo, em concordância com Neri (2013), idosos e idosas negros possuem sua trajetória caracterizada pelos enfoques do racismo estrutural, aspectos estes iniciados desde a infância, perdurando na fase da vida idosa.

A constituição e a operacionalização das relações de exploração/dominação que envolvem gênero, raça e classe necessitam ser analisadas em cada formação sócio-histórica. Assim, tais processos têm interações múltiplas a depender de cada organização socioeconômica. A finalidade é debater, de que maneira características raciais, de classe e gênero atuam como fatores capazes de criar justificativas para a marginalização de grandes contingentes da população, seja do sistema de produção, seja da estrutura de poder da sociedade brasileira (Saffioti, 2013). Nesta sociedade, o racismo é estrutural e se soma ao sexismo, ao patriarcalismo e ao capitalismo.

Assim, pode-se dizer que na sociedade capitalista dependente não existe somente uma divisão de classe atravessando as sociedades; existe ainda, uma divisão sexual e racial. “De forma mais precisa, entende-se que as relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturais porque determinam materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de classe e da divisão sexual e racial do trabalho” (Cisne, 2018, p. 212).

É fundamental abordar as desigualdades estruturais que perpetuam a marginalização e exclusão de determinadas camadas sociais da classe trabalhadora. O racismo estrutural, enraizado em séculos de opressão e injustiça racial, continua a influenciar o acesso a recursos e oportunidades para os idosos e as idosas negros. Isso se reflete em disparidades socioeconômicas, acesso limitado a serviços de saúde de qualidade e barreiras institucionais que impedem a plena participação na sociedade.

Muitas vezes, esses serviços são projetados com base em perspectivas culturais dominantes, ignorando as necessidades específicas e experiências históricas da comunidade negra. Como resultado, os idosos negros podem enfrentar estigma, discriminação e falta de acesso a serviços adequados que respeitem sua identidade e dignidade.

Em resumo, as interações entre envelhecimento, raça, etnia e gênero são complexas e multifacetadas. Reconhecer essas interseções é

fundamental para garantir que políticas e programas relacionados ao envelhecimento sejam inclusivos e sensíveis à diversidade, atendendo às necessidades de diferentes grupos de idosos, com centralidade e primazia dos mais vulneráveis.

### **Políticas públicas voltadas à população idosa: igualdade ou reconhecimento das diferenças e desigualdades acentuadas**

No âmbito das políticas públicas voltadas para pessoas idosas, é crucial analisar criticamente a efetividade dessas medidas, especialmente quando consideramos o contexto de idosos e idosas negras. Embora tenham sido estabelecidas diversas políticas visando à proteção e à promoção do bem-estar de idosos e idosas, a realidade mostra que a eficácia dessas políticas para os idosos e as idosas negras ainda é bastante questionável, refletindo uma série de desafios estruturais e sociais que merecem atenção.

Embora existam iniciativas importantes no campo das políticas públicas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), observa-se que, no âmbito da Política de Assistência Social, não há diretrizes específicas que enfrentem de forma sistemática as desigualdades étnico-raciais no envelhecimento, o que evidencia uma lacuna significativa na proteção social destinada à população idosa negra.

Em primeiro lugar, é essencial reconhecer que as políticas públicas, em sua maior parte, não conseguem lidar adequadamente com as desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade brasileira. Idosos e idosas negras, historicamente marginalizados e submetidos a diversas formas de discriminação, enfrentam barreiras adicionais para acessar serviços e benefícios. Essa discriminação racial se reflete na falta de oportunidades educacionais e profissionais ao longo da vida, contribuindo para uma situação de desigualdade socioeconômica que afeta diretamente o acesso aos cuidados e à assistência social na velhice.

Além disso, as políticas públicas muitas vezes carecem de uma abordagem culturalmente sensível e inclusiva, que leve em considera-

ção as especificidades das experiências e necessidades da população idosa negra. A falta de representatividade e participação desses idosos na formulação e implementação de políticas pode resultar em medidas que não atendem adequadamente às suas demandas, ignorando as realidades vivenciadas por esse grupo.

Outro ponto crítico é a insuficiência de recursos destinados às políticas voltadas para idoso (as) negro (as), em particular. Muitas vezes, os programas e serviços disponíveis são subfinanciados e mal distribuídos, o que limita seu alcance e impacto. Isso é especialmente prejudicial para os idosos negros que vivem em áreas de maior vulnerabilidade social, onde os serviços públicos são escassos e de baixa qualidade.

O preconceito e discriminação referente aos idosos/as, geralmente, é fortalecido e ampliado a partir das desigualdades raciais que recaem sobre essa parcela da população. O racismo ocasiona processos de exclusão social gerando o não acesso a direitos sociais básicos ao longo da vida, além de estabelecer impedimentos de acesso para sujeitos negros que pretendem atingir determinados lugares, direitos e até mesmo posições sociais (Moura *et al.*, 2023).

Além disso, a falta de coordenação entre diferentes setores e níveis de governo pode dificultar a implementação eficaz das políticas públicas para os idosos e idosas negras. A fragmentação e a falta de integração entre os diferentes serviços e programas podem resultar em lacunas na assistência e em uma prestação de serviços desarticulada, dificultando o acesso dos idosos negros aos cuidados de que necessitam.

É importante destacar também que a população negra e idosa pode se favorecer de ações de acesso de cuidado em saúde mental interligada à extensão cultural e territorial por meio da criação de espaços capazes de gerar atividades de educação, cultura e lazer com participação comunitário (Freitas, Júnior; Costa, 2018), mas os serviços estão organizados sob o ângulo da igualdade no acesso, que é apenas

formal e não efetiva. Não há reconhecimento das diferenças nem a compreensão das desigualdades sociais de forma interseccional. As políticas públicas generalizam o envelhecimento, homogeneizam os grupos e suas necessidades, fechando-se para as particularidades dos afetados pela produção social dessas desigualdades no capitalismo dependente, patriarcal e racista.

Diante desses desafios, busca-se realizar uma abordagem interseccional, antirracista e orientada pela totalidade social na formulação de políticas públicas voltadas para os idosos/as, com focalização nos grupos mais vulnerabilizados, como os negros, para de fato reduzir as assimetrias. Isso inclui o reconhecimento e a abordagem das desigualdades raciais em todas as esferas da sociedade, o fortalecimento dos mecanismos de participação e representatividade da população idosa negra, e o aumento do investimento em programas e serviços que atendam às suas necessidades de forma abrangente e equitativa.

Em síntese, a efetividade das políticas públicas para pessoas idosas continuará com déficits por não reconhecer que determinados grupos de idosos/as, como os (as) negros (as), sofrem e são mais afetados pelas estruturas de produção social das desigualdades raciais, sexistas históricas. É um desafio complexo que requer uma abordagem multifacetada e comprometida com a promoção da inclusão e equidade. Como se dá o acesso a uma das políticas sociais que se fundamenta na equidade social? Qual a abertura para a diversidade de formas de envelhecer?

### **A população idosa negra e o acesso a bens e serviços da Política de Assistência Social**

É crucial compreender que a desigualdade racial persiste como uma realidade inegável em muitas sociedades, inclusive no acesso a serviços básicos e políticas públicas. No Brasil, por exemplo, a população negra é historicamente marginalizada, enfrentando discriminação em diversos aspectos da vida social, econômica e política. Quando se trata do acesso à assistência social, esse cenário não é diferente.

O SUAS tem como princípios fundamentais a universalização dos direitos sociais, a descentralização político-administrativa, a participação da população na formulação e controle das políticas sociais, entre outros (Brasil, 2005). Mas, constitucionalmente, foi definida como uma política para quem dela necessita, logo, a universalidade deve ser no grupo focalizado, os em situação de vulnerabilidade e risco social.

A categoria “vulnerabilidade social”, amplamente utilizada no campo da Política de Assistência Social, refere-se às condições objetivas produzidas por desigualdades estruturais que limitam o acesso de indivíduos e grupos aos bens, serviços e direitos socialmente produzidos. No entanto, ao adotar uma perspectiva crítica, torna-se necessário deslocar o foco do sujeito para os processos sociais que produzem tais condições. Por isso, opta-se neste estudo pela utilização do termo “vulnerabilizados”, de modo a evidenciar que tais situações não são naturais ou individuais, mas resultam de relações sociais marcadas pelo racismo estrutural, pelo patriarcado e pela exploração de classe na sociedade capitalista.

O risco social, no âmbito do SUAS, refere-se à exposição de indivíduos e famílias a situações de violação de direitos, fragilização de vínculos e precarização das condições de vida. Contudo, essa categoria, quando descolada de uma análise crítica, tende a obscurecer os determinantes históricos e estruturais que produzem tais situações, especialmente aquelas relacionadas às desigualdades raciais, de gênero e de classe, que incidem de forma mais intensa sobre a população idosa negra.

A Política de Assistência Social tem como objetivo primordial garantir direitos e promover o acesso a serviços, programas e benefícios para indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social (Brasil, 2004). Entretanto, negro (a)s idoso (a)s muitas vezes enfrentam barreiras adicionais para acessar esses recursos, devido a uma série de fatores interligados.

Um dos principais desafios é a falta de equidade no acesso à educação e ao mercado de trabalho ao longo da vida desses indivíduos. A discriminação racial pode limitar suas oportunidades de emprego e renda, levando a uma maior incidência de pobreza na velhice. Como resultado, esses idosos podem estar mais suscetíveis à exclusão social e à falta de acesso a serviços essenciais.

Diante desses desafios, é fundamental promover políticas e práticas inclusivas que reconheçam e abordem as desigualdades raciais na velhice. Isso inclui a necessidade de medidas afirmativas para garantir o acesso igualitário a serviços de qualidade, a capacitação de profissionais para lidar com a diversidade cultural e a promoção de ações que fortaleçam a participação e representatividade da população idosa negra nas decisões que afetam suas vidas.

Efetivar a política de assistência social para pessoas idosas é essencial para garantir uma velhice com acesso a benefícios e serviços que favoreçam a melhoria geral da qualidade de vida. Mas, a falta de equidade tem negligenciado os grupos mais vulnerabilizados entre os idosos/as, como o/a negro (a)s idoso (a)s, especialmente, as mulheres negras, de periféricas e idosas, sendo esta necessidade um imperativo moral e social que requer uma análise crítica das estruturas de produção das desigualdades existentes e um compromisso renovado com a equidade e a justiça social.

A população idosa negra enfrenta desafios únicos e persistentes, que muitas vezes são exacerbados pela interseção de idade, raça e classe. Nesse contexto, é essencial reconhecer as falhas e lacunas na efetivação das políticas de assistência social e trabalhar ativamente para superá-las.

No âmbito da política de assistência social, é preciso salientar que as unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) concretizam o acolhimento de um total estimável de pessoas idosas que são negras e pardas. Mas, os serviços não trazem nenhuma especificidade ou abertura para a diversidade, uniformizando as necessidades

sociais. Estudos apontam que o público do CRAS é instituído em sua maior parte de mulheres negras, pessoas idosas as quais não tiveram oportunidades de participar de ações afirmativas que lhes garantisse priorização, centralidade das ações, considerando os pertinentes imbricamentos de questões de gênero e raça (Andrade; Pereira, 2019).

Dentro do âmbito da assistência social, os/as idosos/as têm direito a uma série de serviços, programas e benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado para idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A maioria dos que acessam a este benefício são pretos e pardos, pois, é um benefício que retira os idosos/as da extrema pobreza e inclui também em serviços. Porém, estes serviços atuam como se a velhice fosse um padrão biológico e com necessidades similares, com pouco reconhecimento das diferenças e de como estas são geradas por uma estrutura reprodutora das desigualdades no capitalismo dependente, patriarcal e racista.

Em suma, a efetivação da política de assistência social a negro (a) s idoso (a)s exige um compromisso coletivo com a justiça social, a equidade racial e o respeito à dignidade humana. É imperativo que reconheçamos as falhas e lacunas existentes, e trabalhemos juntos para construir um sistema de assistência social que verdadeiramente atenda às necessidades e aspirações da população idosa negra, promovendo assim uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Para melhorar o acesso de negro (a)s idoso (a)s aos bens e serviços da Política de Assistência Social, são necessárias abordagens que levem em consideração as especificidades e necessidades desse grupo demográfico. Isso pode incluir a implementação de programas de assistência social culturalmente sensíveis, o recrutamento e treinamento de profissionais de assistência social com consciência cultural e a promoção da equidade racial em todos os níveis do sistema de assistência social. Além disso, é fundamental envolver a comunidade negra em processos de planejamento e tomada de decisões para garantir que os serviços atendam adequadamente às suas necessidades.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é um instrumento essencial para promover a inclusão social, a proteção e o bem-estar dos cidadãos brasileiros vulnerabilizados. No entanto, uma análise crítica revela uma série de desafios e lacunas que comprometem a eficácia e a abrangência dessa política, dificultando o alcance de seus objetivos fundamentais.

Um dos principais problemas enfrentados pela PNAS é a falta de financiamento adequado. Apesar da importância vital dos serviços e programas de assistência social, o orçamento destinado a essa área muitas vezes é insuficiente para atender às demandas crescentes da população. Como resultado, os recursos disponíveis muitas vezes são mal distribuídos e inadequados para garantir uma cobertura efetiva e de qualidade em todo o país.

Além disso, a gestão e a execução da PNAS enfrentam desafios significativos, incluindo a burocracia excessiva, a falta de capacitação dos profissionais e a fragmentação dos serviços. A falta de integração entre os diferentes níveis de governo e entre os diversos programas e benefícios disponíveis pode resultar em uma prestação de serviços desarticulada, prejudicando a eficiência e a eficácia da política como um todo.

Outra questão crítica é a concepção e execução dos programas de assistência social. Muitas vezes, esses programas se concentram na mitigação dos efeitos imediatos da pobreza e da exclusão social, em vez de abordar as causas subjacentes desses problemas. Isso resulta em uma abordagem paliativa e de curto prazo, que não oferece soluções sustentáveis para os desafios enfrentados pelos beneficiários da assistência social (Andrade; Pereira, 2019).

Além disso, a falta de sensibilidade cultural e de gênero na oferta de serviços e benefícios é uma questão preocupante. Muitos programas de assistência social não levam em consideração as especificidades culturais e as necessidades diferenciadas das populações atendidas, o que pode resultar em uma falta de acesso e utilização dos serviços por parte dos grupos mais vulneráveis.

Por fim, é fundamental destacar a importância da participação e do controle social na formulação e execução da PNAS. A ausência de mecanismos eficazes de participação cidadã pode resultar em políticas e programas que não refletem as necessidades reais da população e que perpetuam as desigualdades existentes.

Em suma, a Política Nacional de Assistência Social enfrenta uma série de desafios que comprometem sua eficácia e abrangência. Para superar esses desafios, é fundamental aumentar o financiamento e a gestão eficiente dos recursos, promover uma abordagem preventiva na oferta de serviços, garantir sensibilidade cultural, de gênero e de raça na concepção e efetividade dos programas, e fortalecer os mecanismos de participação e controle social. Somente assim será possível garantir uma política de assistência social verdadeiramente inclusiva, equitativa e eficaz, capaz de promover o bem-estar e a dignidade de todos os cidadãos brasileiros em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O SUAS oferta em todos os municípios brasileiros o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que se dirige para os segmentos, dentre eles, as pessoas idosas. Trata-se de um serviço da proteção social básica da Política Nacional de Assistência Social, desempenhando um papel crucial na promoção do desenvolvimento humano e na redução das desigualdades sociais. É uma política pública da proteção social básica e se organiza conforme orientação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009).

No entanto, vale destacar que a discussão étnico-racial no contexto do SCFV e sua abordagem na legislação da Política de Assistência Social são quase inexistentes, não se colocando prioritariamente na condição de focalização nesta política, mas também nas questões de gênero e de classe.

A Política Nacional de Assistência Social possui um público de pessoas e grupos em situações de vulnerabilidade e risco social, tais como: “famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; iden-

tidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual, dentre outras”. (Brasil, 2004, p. 33), mas a centralidade é dada nos vínculos, cujos serviços visam fortalecer, com baixa abertura para as demais situações de vulnerabilidade social.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que as desigualdades étnico-raciais persistem em muitos aspectos da sociedade brasileira, afetando profundamente as oportunidades e o acesso aos serviços sociais. Nesse sentido, a discussão étnico-racial no SCFV é essencial para garantir que as políticas e práticas sejam sensíveis às necessidades e realidades das diferentes comunidades e grupos étnicos (Zapelini; Simas, 2018).

No entanto, ao examinar a abordagem da legislação da Política de Assistência Social em relação à questão étnico-racial, é possível identificar algumas lacunas significativas. Embora haja referências à promoção da igualdade racial e ao combate à discriminação em documentos como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a implementação efetiva desses princípios nem sempre é garantida na prática.

Uma das principais críticas à abordagem da legislação é a falta de medidas específicas e direcionadas para abordar as desigualdades étnico-raciais no SCFV. Muitas vezes, as políticas e programas são formulados de forma genérica, sem considerar as especificidades das diferentes comunidades e grupos étnicos. Isso pode levar a práticas que reproduzem ou perpetuam as desigualdades existentes, em vez de enfrentá-las de frente.

Além disso, a falta de representatividade e diversidade nos órgãos e instâncias responsáveis pela formulação e cumprimento das políticas de assistência social pode limitar a capacidade do sistema de responder adequadamente às necessidades das comunidades étnico-raciais. É fundamental garantir a participação ativa e significativa desses grupos nas decisões que afetam suas vidas e seus direitos (Fernandes; Hellmann, 2016).

Outra questão importante diz respeito à capacitação e sensibilização dos profissionais que atuam no SCFV em relação às questões étnico-raciais. A formação adequada é essencial para garantir que esses profissionais estejam equipados para lidar de forma sensível e eficaz com as complexidades das identidades étnicas e raciais, bem como para reconhecer e combater o racismo e a discriminação em todas as suas formas (Zapelini; Simas, 2018).

As unidades de CRAS podem se favorecer com a promoção da discussão e fomento de oficinas sobre igualdade racial e envelhecimento com o intuito de combater o racismo em âmbito institucional (Cardoso; Dietrich; Peres, 2021).

Em suma, a discussão étnico-racial no SCFV e sua abordagem na legislação da Política de Assistência Social são questões de extrema importância que exigem uma atenção cuidadosa e uma ação concertada. É essencial que as políticas e os processos de trabalho sejam ancorados em uma análise crítica das desigualdades étnico-raciais existentes e por um compromisso genuíno com a promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades para todos os cidadãos brasileiros.

### Considerações finais

O envelhecimento e as velhices são plurais, diversos, heterogêneos, o que não significa que cada um tenha um envelhecimento tão estritamente individual e peculiar que nada tem em comum com os demais. Fatores como classe, gênero e raça/etnia possibilitam diferenças, mas também elementos comuns nos grupos que vivenciam as mesmas condições sociais de existência. O envelhecimento tem uma base biológica comum, mas se diferencia entre os grupos sociais pelas trajetórias de vida, trabalho, saúde e acesso aos bens e serviços socialmente criados.

As pessoas idosas negras, femininas, de periferias estão na base da pirâmide das desigualdades sociais, que limitaram os acessos, as oportunidades e os deixaram fora dos privilégios de uma sociedade da riqueza.

Ao reconhecer as especificidades das experiências de envelhecimento de diferentes grupos étnico-raciais, podemos desenvolver intervenções mais eficazes que atendam às necessidades dessas comunidades. Isso requer uma análise crítica das estruturas sociais, econômicas e políticas que perpetuam as desigualdades e o desenvolvimento de políticas e programas que promovam a justiça e equidade social, logo, no caso da política de assistência social, o acesso diferenciado aos serviços e recursos, com priorização daqueles com maior imbricamento de produção das desigualdades sociais, raciais e de gênero.

Além disso, é crucial envolver as próprias comunidades no desenvolvimento e cumprimento dessas políticas e programas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam adequadamente atendidas, especialmente, os grupos a quem foi negado direito de voz, de participação e cidadania, como as mulheres donas de casa e trabalhadores/as informais.

A questão étnico-racial, na Assistência Social e no envelhecimento, não se trata apenas de reconhecer as diferenças, mas também de agir para reduzir desigualdades sociais, raciais e de gênero, sem reconhecê-las, analisá-las se torna inviável enfrentá-las, promover a igualdade requer reconhecer os diferentes e trabalhar para incluí-los, para que também possam envelhecer com dignidade. Essa abordagem é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e participativa para todos os seus membros.

É hora de reconhecer e enfrentar as barreiras que impedem a plena realização das políticas sociais e trabalhar para construir um futuro em que todos os/as idosos/as, independentemente de sua raça ou origem, possam desfrutar de uma vida digna e plena.



## Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDRADE, Priscilla Maia; PEREIRA, Lucélia Luiz. A (in)visibilidade de gênero e raça na assistência social: estudo de caso nos Centros de Referência de Assistência Social. **O Social em Questão**, v. 22, n. 45, p. 57-79, 2019.
- BRASIL. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília-DF, 2005.
- BRASIL. MDS. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004. Disponível em: Acesso em: 31 de out. de 2018.
- BRASIL. MDS. Resolução CNAS nº 109. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. D.O.U. Brasília, 25 de nov. de 2009. Reimpressão 2014. Disponível em: Acesso em: 28 de nov. 2018.
- CARDOSO, Eliana; DIETRICH, Thais Peres; SOUZA, André Portela. Envelhecimento da população e desigualdade. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 41, p. 23-43, 2021.
- CISNE, Mirla. Feminismo e Marxismo: apontamentos teóricos-políticos para enfrentamentos das desigualdades sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 132, maio/ago. 2018.
- FARIAS, M.; LEITE JUNIOR, J.; COSTA, I. Terapia ocupacional e população negra: possibilidades para o enfrentamento do racismo e desigualdade racial. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional (Revisbrato)**, v. 2, n. 1, p. 228-243, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto12712>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- FERNANDES, R., M., C.; HELLMANN, A. Dicionário crítico: **Política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- INÊS S. D.; SILVA C. B. **Envelhecimento da população negra, desigualdade racial e qualidade de vida**. (2017).
- MOURA, C. O Racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, 1994.
- MOURA, R. F. *et al.* “Fatores associados às desigualdades das condições sociais na saúde de idosos brancos, pardos e pretos na cidade de São Paulo, Brasil”. **Ciência & saúde coletiva**, v. 28, 2023, pp. 897-907

NEILSON, B. “Globalização e as biopolíticas do envelhecimento”. In: DEBERT, G. G; PULHEZ; M. M. (orgs.). **Desafios do cuidado: gênero, velhice e deficiência**. Campinas: Unicamp/IFCH, 2019, pp. 29–59

Neri, A. L. Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. In: Malloy-Diniz, L., Fuentes, D., & Cosenza, R. M. **Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional**, 17–42. Porto Alegre, RS: Artmed. 2013.

RABELO, D. F., *et al.* (2018). **Racismo e envelhecimento da população negra**. Revista Kairós- Gerontologia, n. 2, v.3, São Paulo (SP), p. 193–215, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013 [1969].

SANTOS, V. C., Anjos, K. F. dos, Boery, R. N. S. de O., Moreira, R. M., Cruz, D. P., Boery, E. N. (2017). Internação e mortalidade hospitalar de idosos por transtornos mentais e comportamentais no Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, 26, 39–49. Recuperado em 19 outubro, 2017, de: doi: 10.5123/S1679-49742017000100005.

SILVA, A *et al.* “Iniquidades raciais e envelhecimento: análise da coorte 2010 do Estudo Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento (SABE)”. **Revista brasileira de epidemiologia**, v. 21, 2019

WERNECK, J. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, 25(3), 535–549.

ZAPPELINI, A.; SIMAS, J. P. N. **Relatório de Atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoas Idosas (SCFV)**, 2018.

## Nota

- 1 Universidade Federal do Piauí; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas; Telefone: (86) 998346727; E-mail: gilvaniasmatos@gmail.com. OrcidID: <https://orcid.org/0009-0005-7955-1298>

 10.17771/PUCRio.OSQ.76095